

Notícias Sindicais, 21/10/14

Portal da CUT

Dados comprovam falhas na educação de Minas

Presidenta do Sind-UTE/MG rebate campanha de Aécio Neves e revela como o ex-governador deixou o sistema educacional no Estado

Escrito por: William Pedreira • Publicado em: 21/10/2014

Uma conversa com a presidenta do Sind-UTE/MG (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais) e da CUT-MG, Beatriz Cerqueira, e aos poucos vai se conhecendo a realidade da educação no estado de Minas Gerais.

Beatriz foge do discurso subjetivo. Traz um conjunto de informações que retrata apenas os fatos e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da educação, alunos e alunas do ensino público.

Desde 2003 o Sindicato promove campanhas para conscientizar a sociedade sobre o descaso dos governos do PSDB com a educação. O tão endeusado 'choque de gestão' representou um profundo corte nos gastos públicos com consequências diretas na área educacional.

Ao invés de trabalhar pelo diálogo buscando uma melhora na qualidade da educação estadual, o governo utiliza uma série de ferramentas para amordçar o Sindicato e propaga em peças publicitárias e na mídia tradicional inverdades sobre a gestão tucana em Minas.

No governo do PSDB, compromisso com a população fica só no discurso – em todos os anos na gestão Aécio Neves (2003-2010), Minas Gerais deixou de investir o mínimo estabelecido pela Constituição Federal em educação (25%) e saúde (12%). Por isso, o Estado teve de assinar um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) com o Tribunal de Contas do Estado, sendo obrigado a aumentar progressivamente os repasses para os dois setores.

O relatório de 2013, já finalizado pelo Tribunal de Contas, aponta que Minas deixou novamente de investir o mínimo constitucional em educação (23,90%). Somado todos os anos, o Estado apresenta um déficit na casa dos R\$ 8 bilhões. "É um prejuízo não somente para o professor, mas para toda população", condena Beatriz.

Como resultado desse corte nos investimentos, dados comprovam que a educação de Minas Gerais é ruim. Números inclusive do próprio governo confirmam essa realidade.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), elaborado pelo estado, revela que no período em que Aécio deixou o governo (2010), o percentual de alunos do 3º ano do ensino fundamental com nível adequado de proficiência em leitura foi de 86%, ou seja, quase 15% não conseguiu ser alfabetizado.

Do 5º ano do ensino fundamental mais da metade não possui nível recomendado em língua portuguesa. Em matemática a situação se repete.

Somente 31% dos alunos do 9º ano do ensino fundamental possuem proficiência em língua portuguesa. Em matemática, 18,6%.

No 3º ano ensino médio menos de um terço dos alunos têm nível recomendado em língua portuguesa. Em matemática o resultado é ainda pior: 9,4%. "Se estamos falando que a melhor educação do País é ter menos de 10% dos alunos com nível recomendado em matemática, se é esse o nível de qualidade que Aécio identifica, temos um grave problema", apontou Beatriz.

Portal da CUT

São Paulo: Químicos fecham acordo com aumento real

Índice vai de 1,1% a 1,9%, conforme a faixa salarial; cláusulas sociais foram renovadas

Escrito por: Rede Brasil Atual e CNQ/CUT • Publicado em: 21/10/2014

Os sete sindicatos do setor químico ligados à CUT no estado de São Paulo aprovaram proposta de acordo e encerraram a campanha salarial. São aproximadamente 195 mil trabalhadores, que terão pelo menos 1,1% de aumento real (acima da inflação medida pelo INPC-IBGE) na data-base (1º de novembro). Conforme a faixa salarial, o índice de ganho pode chegar a 1,9%. Todas as cláusulas sociais foram renovadas.

Para os pisos, o reajuste será de 8,06% (empresas com até 49 funcionários) ou de 8,48% (a partir de 50). Os valores passam a R\$ 1.227,60 e a R\$ 1.258,40, respectivamente.

O índice sobe no caso da participação nos lucros ou resultados (PLR). Para empresas com até 49 trabalhadores, vai a R\$ 930, reajuste de 9,41%. Naquelas com mais de 49 funcionários, chega a R\$ 1.030, aumento de 10,75%.

A base representada pela Fetquim, federação estadual da categoria, reúne as bases de São Paulo, ABC, Campinas, Jundiaí, Osasco, São José dos Campos e Vinhedo.

"Desde 2004, os ganhos acima da inflação somam 20% nos salários e 32% no piso, de acordo com levantamento realizado pelo Dieese", informa a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ).

Proposta aprovada

- Reajuste salarial
 - Reposição da inflação do período de 01/novembro/2013 a 31/outubro/2014, medida pelo INPC, mais 1,1% de aumento real;
 - Correção do teto: INPC + 1,1% de aumento real.
- Piso Salarial
 - a) Em empresa com 50 trabalhadores ou mais ele passa de R\$ 1.160,00 para R\$1.258,40.
 - b) Em empresas com até 49 trabalhadores ele passa de R\$ 1.136,00 para R\$ 1.227,60
- PLR
 - a) Em empresas com 50 trabalhadores ou mais, passa de R\$ 930,00 para R\$ 1.030,00.
 - b) Em empresas com até 49 trabalhadores, ela irá de R\$ 850,00 para R\$ 930,00.
- Cláusulas sociais: Renovação de todas

Portal da CUT

Moto Honda deverá conceder pausa de 60 minutos aos trabalhadores

Acordo entre a montadora e o MPT visa diminuir a fadiga e preservar a saúde dos trabalhadores
Escrito por: MPT no Amazonas e Roraima • Publicado em: 21/10/2014

A Moto Honda da Amazônia LTDA. terá de garantir aos empregados dos setores de montagem e fabricação de veículos pausas diárias de 60 minutos, computados como jornada de trabalho, para recuperação da fadiga. A medida, resultado de um termo de ajustamento de conduta (TAC) entre a empresa e o Ministério Público do Trabalho (MPT), prevê ainda adequação dos postos de trabalho, mobiliário, bancadas e painéis, a fim de proporcionar condições de boa postura, visualização e operação aos 8 mil empregados da unidade em Manaus.

A empresa deverá adotar medidas de redução do calor, utilizar meios adequados para o deslocamento manual de cargas e não prorrogar a jornada em atividades insalubres. A implantação das pausas, no entanto, será gradual. A partir de janeiro de 2015, haverá 40 minutos de repouso, evoluindo progressivamente até o patamar de 60 minutos em janeiro de 2017.

As medidas atendem à Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho e Emprego (NR 17), que estabelece a necessidade de pausas em caso de sobrecarga estática e dinâmica de membros superiores e inferiores. O objetivo é evitar o adoecimento dos trabalhadores submetidos diariamente aos esforços que a atividade exige.

Para o procurador do Trabalho Renan Kalil, responsável pelo caso, trata-se de acordo inédito no setor de motocicletas. "A introdução de pausas para recuperação de fadiga é medida fundamental para assegurar a saúde dos trabalhadores e a Moto Honda incorpora uma tendência que deverá ser adotada em empresas que desenvolvam atividade econômica idêntica ou semelhante", avalia.

De acordo com o auditor fiscal do Trabalho Paulo Roberto Cervo, "a adequação das condições de trabalho exige utilização de ferramentas adequadas para evitar vibrações e uso excessivo de força, redução do calor nos ambientes e proibição de jornada em atividades insalubres".

Ergonomia – O TAC firmado com empresa faz parte das ações Grupo de Trabalho em Ergonomia para o Polo Industrial de Manaus. "A Moto Honda, maior empresa do polo industrial de Manaus, ao instituir pausas de 60 minutos ao dia, adota medida exemplar quanto a proteção à saúde, postura que deve ser seguida por todas as montadoras de veículos do país", afirmou o procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá.

Portal da CUT

Ato contra ameaças de privatização das estatais

Em Brasília, movimentos social e sindical realizaram ação em defesa do patrimônio público
Escrito por: Sindicato dos Bancários de Brasília • Publicado em: 21/10/2014

Mais uma vez, movimentos sociais e trabalhadores se uniram em um ato na Praça do Cebolão (SBS), próximo ao Sede I do Banco do Brasil, em Defesa dos Serviços Públicos e das Empresas Estatais do país. A mobilização ocorreu nesta segunda-feira (20), em resposta às ameaças de privatização que surgiram na campanha eleitoral.

Outro ato pelo fortalecimento das empresas estatais foi protagonizado pelos empregados da Caixa Econômica Federal e pela sociedade civil na última quinta-feira (16), em frente ao prédio do Matriz I, em Brasília.

O secretário de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato dos Bancários de Brasília, Wadson Boaventura, falou da importância do ato. "Somos defensores dos bancos e empresas

públicas do nosso Brasil. Não podemos deixar que eles sejam privatizados. A história já nos mostrou o quanto os bancos públicos foram fundamentais para segurar a economia do país num momento de crise econômica mundial", diz.

O diretor do Sindicato e bancário do Banco do Brasil, Jeferson Meira, convidou os trabalhadores a refletirem sobre o país da atualidade e a lembrarem de todo o cerceamento que os trabalhadores sofreram na década de 90, período do governo FHC (PSDB). "Precisamos chamar nossos companheiros a pensarem sobre a nossa história de sofrimento no passado em comparação com os avanços do presente. É fácil ver os que estão ao lado do povo", afirma.

"Em 1998, acabaram com o Plano de Carreira dos funcionários do BB e da Caixa e até hoje lutamos pela isonomia entre os bancários para resolver essas feridas deixadas pelo governo FHC. Hoje o país está diferente, a fome que afligia muitos acabou e um filho de trabalhadores tem acesso à universidade. Não podemos deixar que o retrocesso volte", destacou a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), que é empregada da Caixa e ex-presidenta do Sindicato dos Bancários de Brasília.

A diretora eleita de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes da Cassi, Mirian Fochi, completou. "Nós, bancários, ficamos oito anos sem reajuste salarial, com congelamento de salários. Além disso, vivemos um pesadelo psicológico de ameaças de demissão por ato de gestão. Queriam nos impedir de, até mesmo, discordar do governo. Definitivamente, esse não é o país que queremos. Não podemos retroceder".

Neoliberalismo massacrou bancários

O secretário de Formação da Contraf-CUT e diretor eleito de Saúde e Rede de Atendimento da Cassi, William Mendes, lembrou as "duras pancadas" que os bancários sofreram entre 1995 e 1999. Nesse período, os funcionários do Banco do Brasil passaram de 120 mil para 70 mil, com a implantação de um Plano de Demissão Voluntária (PDV). "A partir de 2002, a categoria começou a se recompor. Passou de 390 mil em 1995 para aproximadamente 500 mil na atualidade", frisa William Mendes.

"Sabemos que, independentemente de quem vença essas eleições, será só com muita luta que os avanços ocorrerão, já que uma bancada conservadora e com muitos patrões conseguiu se eleger para o parlamento. Diante disso, devemos frear um possível ataque feroz aos trabalhadores. Devemos escolher se lutaremos para não deixarem roubar nossos direitos ou se continuaremos a seguir por avanços", frisa o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

Luta contra a mídia

A página Manchetômetro (manchetometro.com.br) realizou levantamento das notícias positivas e negativas aos candidatos nestas eleições. O resultado revela muito sobre a imparcialidade do jornalismo brasileiro. Dentre os três principais jornais impressos do país, as chamadas de capa positivas para Dilma foram quatro. Para Aécio Neves, 32. Já as negativas, foram 176 para Dilma e 31 para Aécio.

O secretário de Organização e Política Nacional da CUT Nacional, Jacy Afonso, lembrou dessa disparidade de tratamento entre os candidatos à presidência durante a atividade. "Entregamos durante o evento o jornal Brasil de Fato, que mostra as notícias na perspectiva dos trabalhadores, já que na grande mídia há uma disparidade de tratamento gritante, basta olhar os dados da pesquisa (página Manchetômetro)", comenta.

Portal Mundo Sindical

Professores da Uerj podem aprovar greve da categoria nesta terça-feira

Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) participam de uma assembleia, na tarde desta terça-feira, no auditório 51, do campus Maracanã, no bairro da Zona Norte do Rio. Convocados pela Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj), os profissionais poderão aprovar ou não uma greve da categoria na instituição.

"A defesa do ensino, da pesquisa e da extensão na Uerj, além da intensificação do trabalho docente, da decomposição salarial e das ameaças à incorporação da dedicação exclusiva" são os assuntos que estarão em pauta, de acordo com a Asduerj. Presidente da associação, Bruno Deusdará disse que a assembleia é um desdobramento de discussões que vêm sendo feitas pelo corpo docente da universidade.

"Uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da Constituição Estadual prevê 6% do orçamento do Rio de Janeiro para as três universidades estaduais, mas não recebemos nem 3%", afirma Bruno, referindo-se tanto à verba que deveria ser destinada à Uerj quanto verba que deveria ir para os cofres das universidades Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e da Zona Oeste (Uezo).

Durante a assembleia desta terça-feira, professores da universidade poderão decidir por entrar ou não em greve. Além do orçamento das universidades, o reajuste salarial dos docentes, também será discutido, bem como outras medidas implantadas na instituição.

"Não houve um aceno de reajuste salarial para a categoria dos professores. Para piorar a

situação, a reitoria da universidade baixou um conjunto de medidas que pretendem restringir as atividades de pesquisa e extensão. Elas são alterações num instrumento chamado Banco de Produção Científica (BPC). Com essas mudanças nas diretrizes, que regem a carga horária de pesquisa e extensão, alguns problemas são criados no cotidiano da Uerj, que desestruturam o tripé ensino, pesquisa e extensão", afirmou Bruno Deusdará.

"O que se espera de uma universidade é que o conhecimento produzido nos laboratórios e nos grupos de pesquisa vá para a sala de aula. Se você restringe a capacidade de pesquisa de toda a universidade, você desestrutura toda a lógica de pesquisa da instituição", completou o presidente da Asduerj.

Segundo a associação, assembleia que deflagrou a greve de 2012 na universidade contou com quase 500 professores, o equivalente a 25% do corpo docente da universidade. A última reunião realizada pela Asduerj teve a participação de 115 professores assinando a lista de presença, o correspondente a 5% da categoria, que tem um total de 2.300 efetivos.

"A greve é sempre a última ferramenta. Houve uma adesão significativa na última assembleia e a expectativa é que esse número seja maior nesta", acredita Deusdará.

Outra assembleia pode ser marcada para os docentes da Faculdade de Medicina, segundo a associação. Bruno Deusdará afirma que também serão feitas outras atividades, como reuniões e atos públicos, visando o segundo turno das eleições.

Asduerj cobra posicionamento de Crivella e Pezão

"A associação exige o posicionamento dos dois candidatos que concorrem ao Governo do Estado sobre os investimentos nas três universidades, além da revogação da medidas criadas pelo reitor", disse o presidente da Asduerj, referindo-se aos candidatos Marcelo Crivella (PRB) e Luiz Fernando Pezão (PMDB).

De acordo com o presidente da Asduerj, não é necessário um número mínimo de profissionais optando por uma greve para que ela seja deflagrada, no entanto, segundo ele "há o quantitativo do bom senso". "Para aprovar uma greve, a assembleia deve estar cheia", disse.

Num evento na rede social Facebook, 128 pessoas confirmam participação na assembleia. As aulas na universidade ocorreram normalmente na manhã desta segunda-feira e não há previsão de suspensão das atividades na universidade para o período noturno.

Fonte: Tiago Frederico/O Dia - 21/10/2014

Portal Mundo Sindical

Reajuste salarial está garantido para cerca de 40 mil trabalhadores na região de Sorocaba

Pelo menos 40 mil trabalhadores do comércio e da indústria de Sorocaba e região tiveram o reajuste salarial garantido nos últimos dias. Em média, tanto os comerciários quanto os metalúrgicos receberam reposição de 8,5%, o que representa a inflação de 6,35% do período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e mais de 2% de aumento real. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região (SMetal), outros 25 mil trabalhadores ainda aguardam um posicionamento do setor patronal na região. Já os comerciários da região, conseguiram a reposição sem entraves.

Conforme o SMetal, entre as 125 empresas que já fecharam o acordo, a maioria dos reajustes é de 8,48%. O índice representa 2% de aumento real nos salários. Em algumas fábricas, porém, o reajuste chega a 10%, o que significa um avanço de 3,4% acima da inflação. "A negociação está sendo bem sucedida. Os acordos deste ano estão superiores ao do ano passado", avalia o vice-presidente do SMetal, Tiago Almeida do Nascimento.

Segundo ele, a data-base da categoria é em 1º de setembro, mas a negociação entre o sindicato estadual dos trabalhadores e do patronal segue emperrada. "Este ano está sendo uma campanha atípica, porque sempre negociamos pela federação, um acordo único com todos os trabalhadores e sindicatos filiados à CUT (Central Única do Trabalhador)", afirma.

Contudo, mesmo no caso local, as negociações ainda estão em curso. O problema, acredita o vice-presidente do SMetal, é que algumas empresas adotam o discurso de que a instabilidade econômica pela qual passa o País impede que o reajuste seja acima da inflação. "Algumas empresas, a gente sabe que não poderão passar. Mas o setor de autopeças, que enfrenta dificuldades, é o que vêm dando os melhores reajustes."

Nascimento vê com estranheza a atitude do empresariado de cortar recursos e afirma que os trabalhadores sabem fazer esta avaliação e estão organizados em prol do reajuste. "Eles conseguem identificar o que é a crise econômica e o que é projetado pelo setor patronal para diminuir custos", ressalta o vice-presidente.

Para efetivar o reajuste salarial aos 25 mil trabalhadores que ainda não receberam o reajuste, de acordo com o SMetal, estão sendo feitas assembleias de negociação para forçar a empresa a abrir negociações. O sindicato informa que as fábricas ainda podem tomar a iniciativa de

procurar o Smetal para firmar acordos. "Aqueles que se omitirem, vão enfrentar protestos e paralisações", avisa o presidente da entidade, Ademilson Terto da Silva.

De acordo com ele, a Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM) permanece liderando as negociações estaduais da categoria. Caso o reajuste obtido em nível estadual seja superior ao aplicado nas fábricas de Sorocaba e região, deverá valer o índice maior mais vantajoso para o trabalhador, conclui.

Comerciários

As negociações entre os setores empregatício e patronal do comércio, diferentemente do metalúrgico, conseguiu o reajuste antes mesmo do vencimento da data-base da categoria, comemora o presidente do Sindicato dos Comerciários de Sorocaba e Região (Sincomerciários), Rui Queiroz de Amorim. "Somos os primeiros a conseguir fechar antes", ressalta.

Ao todo, mais de 10 mil trabalhadores de Sorocaba e cerca de outros 10 mil de cidades da região vão passar o fim de ano já com o salário reajustado, o que não ocorreu no último dissídio. Conforme matéria do jornal Cruzeiro do Sul, publicada em março, o acordo entre os comerciários e o setor patronal demorou seis meses para sair.

O rápido fechamento deste ano, segundo Amorim, ocorreu por conta da pujança do comércio e do reconhecimento por parte do patronato da importância desses trabalhadores. "A categoria gera lucro, riqueza para o país", destaca o presidente do Sincomerciários.

Fonte: Anderson Oliveira/Cruzeiro do Sul - 21/10/2014

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos da Embraer entram em greve por reajuste salarial

No dia da apresentação oficial do protótipo do cargueiro KC-390 pela Embraer, nesta terça-feira, 21, os metalúrgicos entraram em greve de 24 horas para pressionar a empresa a aumentar a proposta de reajuste salarial. Até agora, a Embraer ofereceu apenas 6,6% (inflação mais 0,24% de aumento real). Cerca de 7 mil trabalhadores da produção e turno administrativo estão parados.

Os metalúrgicos reivindicam, no mínimo, 10% de reajuste, com 3,43% de aumento real. Embora a data-base da categoria seja 1º de setembro, a Embraer e a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que estão à frente do grupo patronal do setor aeronáutico, travaram as negociações com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Nesta Campanha Salarial, os metalúrgicos já fecharam 30 acordos, com aumento real médio de 3,05%, para um total de 5.489 trabalhadores.

O protesto de hoje acontece também um dia antes do pagamento da primeira parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) 2014 pela Embraer. Apesar de ser a maior empregadora metalúrgica da região e passar por um momento de vendas em alta, a empresa vai pagar uma das PLRs mais baixas da categoria. Cada trabalhador receberá um fixo de R\$ 912,31 mais 12,44% sobre o salário. Um funcionário que recebe R\$ 3 mil, por exemplo, terá uma PLR de apenas 1.285,51.

"A recusa em pagar uma PLR maior e 10% de reajuste salarial vai contra a realidade da empresa, que tem plenas condições de atender as reivindicações da categoria. Em fábricas muito menores e condições bem menos favoráveis do que a Embraer, os metalúrgicos conquistaram PLRs superiores e reajustes de até 11%. Não podemos admitir que a direção da empresa continue com essa política de desvalorização dos trabalhadores. Por isso, hoje é dia de greve", afirma o vice-presidente do Sindicato, Herbert Claros da Silva.

No primeiro semestre deste ano, o lucro da Embraer cresceu 955% em relação ao mesmo período de 2013.

KC-390

A Embraer faz, nesta terça-feira, a apresentação oficial do cargueiro KC-390, na fábrica de Gavião Peixoto. Apesar de o governo federal estar investindo R\$ 7,2 bilhões no projeto, com a compra de 28 unidades, este é o avião da Embraer com maior número de componentes importados – seguindo a política de desnacionalização adotada pela empresa.

Outros aviões produzidos pela Embraer já estão passando por esse processo, como o Phenom, Legacy e a família da segunda geração dos E-Jets. O resultado da desnacionalização já está sendo sentido pelos trabalhadores da região. Em Jacareí, a fábrica C & D, que já empregou mais de 180 funcionários, terminará o ano com apenas 35 na produção.

A Latecoere, também de Jacareí, deixará de produzir a fuselagem dos E-Jets 190 e 195 a partir de 2017. As peças serão fabricadas nos Estados Unidos, pela Triumph. Com isso, em 2020 a fábrica desativará suas atividades na cidade.

A Embraer também está ampliando sua fábrica em Melbourne, nos Estados Unidos, gerando 600 empregos lá fora.

"A desnacionalização das aeronaves é um assunto de extrema gravidade. O Sindicato já denunciou essa situação ao governo federal para que intervenha e barre a continuidade dessa política, que só gera desemprego e perdas para o país", conclui Herbert.

Fonte: Shirley Rodrigues/Assessoria Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região - 21/10/2014

Portal Mundo Sindical

BRF é multada em R\$ 4 milhões por abuso em jornada de trabalho

A BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão, foi condenada em segunda instância a pagar R\$ 4,4 milhões como multa por descumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2001 com o Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR).

Desde o início do ano, a empresa, oitava maior companhia de alimentos do mundo, com faturamento anual de R\$ 7,69 bilhões, vem sofrendo condenações na Justiça do Trabalho em ações que envolvem segurança, não cumprimento de termos de ajustamento de conduta, danos morais coletivos devido a condições de trabalho análogo a escravidão, além de jornada superior ao limite diário estabelecido por lei em fábricas localizadas nos estados de Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina. Procurada, a empresa informou, por meio de nota, que não concorda com a decisão e que já interpôs recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

LIMITE DE 2h EXTRAS POR DIA

Com o termo firmado com o MPT-PR, a empresa se comprometia a não prorrogar a jornada de trabalho dos empregados além do limite de duas horas extras diárias. Além disso, deveria conceder a todos os funcionários intervalo de no mínimo 11 horas consecutivas para descanso entre as jornadas e o descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas a todos os funcionários. Foi fixada multa de R\$ 1 mil por obrigação descumprida por trabalhador e por dia. Depois de denúncias de que o termo não estava sendo cumprido, o Ministério Público do Trabalho paranaense realizou fiscalizações entre os anos de 2002 e 2009 numa unidade da empresa no município de Carambeí, no Paraná, na qual foi constatada a manutenção das irregularidades noticiadas no termo de ajustamento de conduta.

A ação de execução foi proposta pela Procuradoria do Trabalho de Ponta Grossa no ano de 2011, com valor inicial de R\$ 1,043 milhão, posteriormente elevado pela Justiça do Trabalho de Castro, no Paraná, para R\$ 4.362.907,20, em razão da constatação de que os valores inicialmente pactuados não eram suficientes para regularizar os itens que envolvem jornada de trabalho. Questionando a elevação da multa, a BRF interpôs pedido de liminar, mas o recurso foi negado em 22 de setembro por uma turma do TRT-PR presidida pelo desembargador Luiz Celso Napp.

Fonte: O Globo - 21/10/2014

Portal Mundo Sindical

JBS anuncia férias coletivas para 800 funcionários em Barretos

O Sindicato da Alimentação de Barretos recebeu nesta sexta-feira (17), a confirmação da empresa JBS, Divisão de Carnes e Alimentos, de que a empresa vai paralisar suas atividades a partir de 27 de outubro, segunda-feira, liberando para férias coletivas cerca de 800 funcionários dos setores produtivos. As atividades serão mantidas apenas nos setores de expedição e áreas de apoio e, na próxima segunda-feira (20), a empresa deverá identificar quais funcionários e setores que paralisarão as atividades.

No comunicado, a empresa diz que "a JBS Barretos, por prudência à necessidade de força maior (falta de água) no Ribeirão Pitangueiras, necessita liberar férias coletivas para a unidade pelo período de 20 dias".

A medida havia sido anunciada pelo superintendente do SAAE de Barretos, Sílvio Brito, quando do anúncio do início de racionamento de água no município, na última quinta-feira (16). De acordo com Brito, com essa medida, o Frigorífico JBS deixará de captar cerca de 260 metros cúbicos por hora de água do Pitangueiras. Isso permitirá que o SAAE recupere a sua capacidade de captação que, normalmente, é de 800 metros cúbicos por hora.

Paçoca lamenta férias coletivas

O presidente do Sindicato da Alimentação de Barretos, Luiz Anastácio Paçoca, recebeu, com surpresa, a informação de paralisação das atividades do JBS na cidade. "Eu lamento que os trabalhadores sejam sacrificados pela falta de preparo da empresa, que até hoje não possui uma fonte própria de abastecimento de água, para desenvolver suas atividades", disse Paçoca.

"Compreendemos a medida adicional tomada como uma ajuda ao município e à população, mas nos surpreende uma empresa do porte da JBS ainda depender desta fonte de captação de água para seu uso próprio", frisou Paçoca.

Fonte: Jornal O Povo - 21/10/2014

Monitor Mercantil, 21/10/14

STF decidirá validade de desaposentação; deputado defende medida

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da chamada desaposentação foi suspenso no dia 9 deste mês até que o tribunal tenha quórum completo para julgar o tema. A desaposentação prevê um novo cálculo do benefício recebido após retorno do aposentado ao mercado de trabalho. O relator no STF, ministro Luís Roberto Barroso, votou favoravelmente a essa possibilidade e sugeriu fórmula para calcular a concessão de nova aposentadoria nesses casos. De acordo com Barroso, o aumento do valor da aposentadoria seria de 24,7%.

A desaposentação não tem previsão legal, ou seja, em nenhuma lei ou mesmo na Constituição existe previsão sobre a possibilidade de se desaposentar, que é o ato de renunciar ao atual benefício para solicitar uma nova concessão mais vantajosa, com a inclusão do tempo posterior e valores recolhidos após a primeira aposentadoria.

O processo foi negado em primeira instância; a Justiça Federal disse que seria possível se a pessoa devolvesse o que recebeu; e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) argumentou que poderia haver o recálculo, independente de a pessoa devolver ou não o valor recebido. Por isso, a decisão foi parar no Supremo Tribunal Federal, que deve retomar o julgamento do caso em 29 de outubro.

Na Câmara dos deputados, o deputado André Zacharow (PMDB-PR) é relator de projeto (PL 2567/11, do Senado) que permite a ampliação dos benefícios previdenciários ao aposentado que retornar ao mercado de trabalho.

Na avaliação de Zacharow, a desaposentação é uma "questão de bom senso". "Quem já trabalhou durante a vida toda e depois continuou na ativa, mesmo aposentado, é obrigado a contribuir com a Previdência. Se ele fosse isento de pagamento, tudo bem, mas como é obrigado a recolher, então essa parcela deve ser acrescida ao cálculo da sua aposentadoria posterior", afirma.

O PL 2567/11 aguarda votação na Comissão de Seguridade Social e Família. Ele precisa passar ainda pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O INSS calcula impacto financeiro de R\$ 70 bilhões caso o Supremo decida a favor dos aposentados. Sérgio Fonseca, especialista em direito previdenciário, discorda da perspectiva desse rombo nas contas da previdência.

"Nada mais justo que essa base de cálculo seja refeita após certo período em que o cidadão continuou aposentado e contribuindo. A pessoa que se aposentou há cinco anos, por exemplo, e continuou trabalhando já tem cinco anos pra trás de contribuição. Então, não há o que se falar em rombo e deficit", argumenta Fonseca.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Portal da UGT

PIB da China cresce 7,3% no terceiro trimestre, o ritmo mais lento desde 2009

21/10/2014

A economia chinesa cresceu 7,3% no terceiro trimestre deste ano, o ritmo mais lento desde o primeiro trimestre de 2009. A desaceleração foi puxada pelo enfraquecimento no mercado imobiliário, pelo desaquecimento da demanda doméstica e pela fraca produção industrial.

Os resultados divulgados nesta terça-feira tornam ainda mais provável a possibilidade da China não atingir sua meta de crescimento, de aproximadamente 7,5% neste ano, pela primeira vez desde 1998. Os números também devem aumentar a pressão para que os formuladores de política adotem medidas de estímulos no quarto trimestre. O desempenho pode abafar a demanda por ações, commodities e moeda chinesa.

Ao mesmo tempo, o resultado do produto interno bruto (PIB) no 3º trimestre superou a projeção do mercado, que esperava um crescimento de 7,2%, e não é grave o suficiente para forçar o governo central a adotar um programa de estímulos de base ampla, que poderia agravar o problema da dívida da China.

A produção industrial subiu 8% em setembro na comparação anual, uma aceleração em relação ao aumento de 6,9% registrado em agosto. O investimento em capital fixo em áreas urbanas avançou 16,1% entre janeiro e setembro, um aumento menor do que os 16,5% registrados entre janeiro e agosto.

O setor imobiliário da China, que corresponde a metade do produto interno bruto quando relacionado à indústrias, têm sido o grande empecilho para o crescimento neste ano. As vendas de imóveis caíram 10,8% nos primeiros nove meses do ano, informou o Escritório Nacional de Estatísticas.

Empregos. Enquanto que para maioria dos países do mundo, um crescimento de 7% no PIB seria invejável, a China precisa crescer no mínimo 7,2% para criar cerca de 10 milhões de empregos anualmente para sua enorme população. Ainda assim, o Escritório Nacional de Estatísticas afirmou

que a economia permanece numa faixa razoável de crescimento, com criação de empregos positiva e inflação estável.

Para o analista Larry Hu, da Macquarie, o crescimento no terceiro trimestre deve ser o menor do ano, com a economia se recuperando ligeiramente nos últimos três meses de 2014. "As medidas de estímulo direcionadas ao setor imobiliário vão estimular a demanda no quarto trimestre, mas o mercado de imóveis deve permanecer fraco no próximo ano, porque algumas das medidas devem ter efeitos apenas de curto prazo", disse. Após os números de hoje, as chances de Pequim diminuir a meta de crescimento para 2015 são muito maiores, avaliou Hu.

"A produção industrial se recuperou, mas em geral, a tendência continua negativa", afirmou o analista do Citigroup, Ding Shuang. Na avaliação de Shuang, até agora as autoridades tentaram não usar medidas contracíclicas de base ampla para estimular a economia. "Acredito que a partir de agora pode haver um corte de 0,25 ponto porcentual na taxa de juros. Atualmente, a taxa real está significativamente alta", completou.

Ao contrário de Hu, o analista do Citi acredita que o crescimento no quarto trimestre será menor do que o reportado entre julho e setembro. Esta é a mesma percepção da RBS, que estima que a economia deve crescer 7,2% no quarto trimestre, levando a um crescimento anual de 7,3%. Na visão de Louis Kuijs, da RBS, o enfraquecimento no mercado imobiliário vai continuar pesando sobre a economia em 2015, mantendo o panorama de crescimento reduzido, a 7,2%, mas não de forma alarmante.

Lado positivo. Para a Capital Economics, o aspecto positivo dos dados divulgados hoje foi o crescimento nos salários, superior ao crescimento do PIB, sinalizando que as famílias estão aproveitando uma maior parte dos dividendos do crescimento. Tal movimento tem impulsionado o consumo. "Com os formuladores de política priorizando o emprego e o equilíbrio econômico em vez do crescimento, não acredito que a autoridade monetária vai sentir a necessidade de agir mais agressivamente para estimular a economia", disse o analista Julian Evans-Pritchard.

Na análise da ANZ, o crescimento na China vai ser retomado de maneira modesta no próximo trimestre, e um relaxamento na política monetária é pouco provável. "Não acreditamos que a China vai cair num cenário mais grave, mas vemos o risco de deflação aumentando de forma acentuada", disse o analista Zhou Hao. "Tal risco de deflação será exacerbado pelo yuan mais fortalecido e pela queda nos preços das commodities", completou.

Fonte: Estadão

Organizado por Ernesto Germano